



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. PRELIMINARMENTE	2
3. ANÁLISE DO MÉRITO.....	4
4. ACHADO DE AUDITORIA	6
4.1 Pagamento de Juros por Atraso no Recolhimento das Contribuições Previdenciárias – 05/2019, 09/2019 e 11/2019.....	6
4.1.1 Situação encontrada.....	6
4.1.2. Objeto	7
4.1.3. Critérios	7
4.1.4. Evidências	7
4.1.5. Causas	7
4.1.6. Efeitos.....	8
4.1.7. Responsabilização.....	8
4.2 Pagamento de Juros por Atraso no Recolhimento das Contribuições Previdenciárias – 12/2019	10
5. CONCLUSÃO	10





PROCESSO Nº : 561282/2021

PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO/MT

ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA (Parecer Prévio nº 107/2021)

ÓRGÃO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

GESTOR : ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

AUDITOR (A) : KELLY SALES FERREIRA

OS Nº 8501/2023

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de relatório complementar de Tomada de Contas Ordinária, em face do Pedido de Diligência¹ (Diligência/MPC nº 297/2023) expedido pelo Ministério Público de Contas, o qual pugna pelas informações catalogadas a seguir:

- a) a notificação do Fundo Municipal de Previdência de Barão de Melgaço para que informe sobre o pagamento e a respectiva data, relativas ao recolhimento das contribuições previdenciárias, no que se refere à parte do segurado e à parte patronal, competência de dezembro de 2019;
- b) a quantificação do montante advindo de consectários moratórios gerados em razão de atrasos nos pagamentos das **contribuições previdenciárias, vencidas em qualquer competência no exercício 2019**, bem como seus possíveis responsáveis.

2. PRELIMINARMENTE

O caso em tela, trata-se de Tomada de Contas Ordinária instaurada em cumprimento ao Parecer Prévio Favorável nº 107/2021 – TP, o qual julgou as Contas Anuais de Governo do Município de Barão de Melgaço/MT, a ser instruída por esta Secex, com a finalidade de identificar os possíveis responsáveis e apurar o montante dos encargos

¹ Documento digital nº 256288/2023.





moratórios incidentes sobre os valores das contribuições previdenciárias recolhidos em atraso.

No Relatório Preliminar de Tomada de Contas Ordinária², em 07/04/2022, no qual identificou dano ao erário, no importe de R\$ 42.976,41 (quarenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos), oriundo da cobrança de encargos moratórios devido ao recolhimento fora do prazo legal das contribuições previdenciárias.

Em seguida, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 4.402/2022³, manifestou pela irregularidade da Tomada de Contas, com aplicação de multa, além da condenação do Sr. Elvio de Souza Queiroz à restituição ao erário municipal, no valor de R\$ 42.976,41, a ser devidamente atualizado, referente ao dano ao erário em razão do recolhimento em atraso das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, sem prejuízo de multa proporcional ao dano ao erário, nos termos do artigo 328 do RITCE/MT, e pelo encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual.

Por meio da Decisão n.º 171/GAM/2023⁶, publicada no Diário Oficial de Contas, em 22/3/2023, edição extraordinária n.º 2892⁴, o Prefeito foi intimado para apresentar alegações finais⁵,

Na sequência, mediante Parecer Ministerial n.º 2.361/2023⁶, o *Parquet* de Contas corroborou os argumentos explanados no Parecer n.º 4.402/2022.

Todavia, quando o Relator, por meio do Ofício n.º 783/2023/GCGAM, solicitou ao Departamento de Controle Interno do Município os extratos dos débitos previdenciários, patronal e parte do segurado, da competência de dezembro de 2019 até o seu efetivo pagamento, verificou que este ocorreu na gestão da sra. Margareth Gonçalves da Silva, o que suscitou a dúvida de quem seria a responsabilidade pelo pagamento dos encargos moratórios.

Diante disso, por meio de Decisão requereu nova análise dos autos por esta unidade técnica, a fim de dirimir a controvérsia.

² Documento digital 116928/2022.

³ Documento digital 196632/2022;

⁴ Documento digital 42371/2023;

⁵ Documento digital 48241/2023;

⁶ Documento digital 5141/2023.





Posteriormente a análise das documentações, constatou-se no Relatório Complementar de Tomada de Contas Ordinária⁷ que o recolhimento das contribuições previdenciárias, parte segurado e patronal, referente à competência de **dezembro de 2019**, ocorreu **dentro do prazo legal** estipulado pelo inciso II do artigo 51 da Lei Complementar nº 340/2009, que dispõe sobre a instituição do Regime de Previdência Social do município de Barrão de Melgaço/MT, não incorrendo, desse modo, a incidência de juros e multas por repasse intempestivo.

Em seguida, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas para manifestação, o qual opinou pela conversão do parecer em pedido de Diligência e solicitou as providências que são analisadas nos próximos parágrafos.

Nesse sentido, sobrevém os autos para análise.

3. ANÁLISE DO MÉRITO

O Ministério Público de Contas, por meio da Diligência/MPC nº 297/2023, constatou que no Relatório Técnico Preliminar⁸, além das contribuições não pagas em dezembro/2019, também, havia contribuições previdenciárias pagas em atraso, contrariando o disposto no inciso II do artigo 51 da Lei Municipal nº 340, de 03/07/2009, o qual estabelece que o recolhimento ao BARÃO-PREVI, deve ser realizado até o dia 30 (trinta) do mês subsequente.

Art. 51. A arrecadação das contribuições devidas ao BARÃO-PREVI compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados no inciso I, recolher ao BARÃO-PREVI ou a estabelecimentos de crédito indicado, **até o dia 30 (trinta) do mês subsequente**, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso IV do art. 48, conforme o caso. (Grifado).

A seguir, as contribuições previdenciárias pagas intempestivamente nos meses de maio, setembro e novembro de 2019:

⁷ Documento digital nº 288403/2023;

⁸ Processo nº 11.741-2/2020, apenso ao Processo original nº 8.875-7/2019 - Documento digital nº 61819/2020;





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO							
Mês de Competência	Tipo (Segurados ou Patronal)	Valor Devido (R\$)	Valor Pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multas/Juros Devido (R\$)	Multas/Juros Pagos (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
JANFEO	SEGUARAO	47.525,89 0,00	0,00 47.525,89	// 27/02/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	103.046,33 0,00 0,00	0,00 102.851,71 194,62	// 27/02/2019 31/01/2019	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00
FEVEREIRO	SEGUARAO	47.685,02 0,00	0,00 47.685,02	// 29/02/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	103.394,18 0,00 0,00	0,00 103.230,95 164,60	// 29/03/2019 28/02/2019	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00
MARCO	SEGUARAO	51.685,15 0,00	0,00 51.685,15	// 30/03/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	112.552,08 0,00	0,00 112.552,08	// 30/04/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
ABRIL	SEGUARAO	50.405,28 0,00	0,00 50.405,48	// 30/05/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	109.776,43 0,00	0,00 109.776,43	// 30/05/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
MAIO	SEGUARAO	54.839,83 0,00 0,00	0,00 53.950,65 889,18	// 28/05/2019 10/07/2019	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	119.402,85 0,00 0,00	0,00 117.480,30 1.912,53	// 28/05/2019 10/07/2019	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00
JUNHO	SEGUARAO	55.175,89 0,00	0,00 55.175,89	// 30/07/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	120.179,11 0,00	0,00 120.179,11	// 30/07/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
JULHO	SEGUARAO	49.538,15 0,00	0,00 49.538,15	// 30/08/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL						

97 x 210 mm

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO							
Mês de Competência	Tipo (Segurados ou Patronal)	Valor Devido (R\$)	Valor Pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multas/Juros Devido (R\$)	Multas/Juros Pagos (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
	PATRONAL	109.681,47 0,00 0,00	0,00 107.130,76 1.550,71	// 30/08/2019 31/07/2019	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00
	SEGUARAO	50.387,87 0,00	0,00 50.387,87	// 30/09/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	109.560,50 0,00	0,00 109.560,50	// 30/09/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	SEGUARAO	50.917,46 0,00 0,00 0,00	0,00 47.227,15 686,63 2.903,43	// 30/10/2019 31/10/2019 22/11/2019	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	110.779,98 0,00 0,00 0,00	0,00 97.600,43 7.722,34 5.157,21	// 30/10/2019 22/11/2019 30/09/2019	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
OUTUBRO	SEGUARAO	51.260,16 0,00	0,00 51.260,16	// 29/11/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	111.231,17 0,00	0,00 111.231,17	// 29/11/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
NOVEMBRO	SEGUARAO	50.207,95 0,00	0,00 50.207,95	// 31/12/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	108.968,01 0,00	0,00 108.968,01	// 31/12/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
DEZEMBRO	SEGUARAO	50.956,31 0,00	0,00 50.956,31	// 31/12/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	PATRONAL	110.598,15 0,00	0,00 110.598,15	// 31/12/2019	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
TOTAL GERAL		1.939.050,30	1.777.484,84		0,00	0,00	161.565,46

Fonte: Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias do Município de Barão de Melgaço – exercício de 2019 (Processo nº 11.741-2/2020, apenso ao Processo original nº 8.875-7/2019 - documento digital nº 189997/2020)





4. ACHADO DE AUDITORIA

4.1 Pagamento de Juros por Atraso no Recolhimento das Contribuições Previdenciárias – 05/2019, 09/2019 e 11/2019

4.1.1 Situação encontrada

O atraso nos pagamentos/repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS de Barão de Melgaço, por parte do Executivo Municipal, resultou na ocorrência de juros/multas, que devem ser ressarcidos pelo agente que lhe deu causa.

A respeito desse assunto, o artigo 52 da Lei Municipal nº 340, de 03/07/2009, assim estabelece:

Art. 52. O não-recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II, III e IV do art. 48 desta Lei, no prazo estabelecido no inciso II do artigo anterior, ensejará o pagamento de juros moratórios à razão de **1% (um por cento) ao mês, não cumulativo**. (Grifado).

No caso em tela, com base no dispositivo acima, realizou-se o cálculo dos juros moratórios provenientes dos atrasos nos recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, relativo às competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019, cujos valores foram evidenciados abaixo:

Figura 1 – Cálculo dos juros sobre o valor das contribuições previdenciárias

MÊS	TIPO	VALOR PAGO	DATA VENC.	DATA PGTO	DIAS EM ATRASO	TAXA DE JUROS PROPORCIONAL *	JUROS
		A			B	$C = [(1/30) \times B] / 100$	$D = C \times A$
mai/19	Segurado	R\$ 689,18	30/06/2019	10/07/2019	10	0,3%	R\$ 2,30
mai/19	Patronal	R\$ 1.912,53	30/06/2019	10/07/2019	10	0,3%	R\$ 6,38
set/19	Segurado	R\$ 686,86	30/10/2019	31/10/2019	1	0,0%	R\$ 0,23
set/19	Segurado	R\$ 2.903,48	30/10/2019	22/11/2019	23	0,8%	R\$ 22,26
set/19	Patronal	R\$ 7.722,34	30/10/2019	22/11/2019	23	0,8%	R\$ 59,20
nov/19	Segurado	R\$ 50.207,95	30/12/2019	31/12/2019	1	0,0%	R\$ 16,74
nov/19	Patronal	R\$ 108.968,01	30/12/2019	31/12/2019	1	0,0%	R\$ 36,32
TOTAL		R\$ 173.090,35					R\$ 143,42

* Considerou-se o mês com 30 dias para o cálculo da taxa proporcional.

Fonte: Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias do Município de Barão de Melgaço – exercício de 2019 (Processo nº 11.741-2/2020, apenso ao Processo original nº 8.875-7/2019 - documento digital nº 189997/2020)

Assim, nos termos do artigo 52 da Lei Municipal nº 340, de 03/07/2009, verifica-se que o valor total dos juros decorrentes do atraso no recolhimento das contribuições





previdenciárias patronais e segurados foram da ordem de **R\$ 143,42 (cento e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos)**.

Com efeito, as despesas pagas a título de juros/multas devem ser ressarcidas pelo **Sr. Elvio de Souza Queiroz**, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço/MT, em consonância com a **Súmula nº 001 – TCE/MT**: “*O pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela Administração Pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa*”.

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
JB 01	JB01 DESPESAS_GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4.320/1964).
Descrição dos fatos constatados	Ausência de recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes às competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019, acarretando a cobrança de despesas com juros de mora, em afronta a Lei Municipal nº 340, de 03/07/2009, a CF/1988, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei 9.717/1998.

4.1.2. Objeto

Despesas irregulares provenientes dos pagamentos/repasses intempestivos das contribuições previdenciárias patronais dos segurados, relacionadas às competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019.

4.1.3. Critérios

Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº 4.320/1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro; artigo 48 da Lei Municipal nº 340, de 03/07/2009; Súmula 01 – TCE/MT.

4.1.4. Evidências

Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias do Município de Barão de Melgaço – exercício de 2019 (Processo nº 11.741-2/2020, apenso ao Processo original nº 8.875-7/2019 - documento digital nº 189997/2020).

4.1.5. Causas

Ausência de comprometimento com a responsabilidade administrativa e fiscal





quanto ao recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal, bem como desvio de finalidade de valores consignados dos servidores públicos municipais.

4.1.6. Efeitos

Prejuízo à capitalização dos recursos do RPPS de Barão de Melgaço, os quais deixam de ser aplicados, bem como, prejuízo ao Executivo Municipal que arca com o pagamento indevido de juros/multas, afetando a execução orçamentaria de atividades previstas em sua Lei Orçamentária Anual.

4.1.7. Responsabilização

No que concerne à apuração da responsabilização pelos encargos, este Tribunal de Contas já tem decisão acerca dos pagamentos das obrigações em atraso, por meio da Resolução de Consulta nº 69/2011-TCE/MT e Súmula 01⁹, em que considera que os pagamentos de juros e multas são despesas impróprias, devendo o prejuízo ser suportado pelo gestor que deu causa, uma vez que tais despesas decorrem de condutas falhas na administração e não devem ser custeados com recursos públicos.

Nesse sentido, vale destacar o voto do Conselheiro Interino, João Batista de Camargo Júnior, no processo nº 12.789-2/2017 de Nova Nazaré/MT, quanto ao pagamento de juros e multas pelo responsável:

d) pela condenação da Sra. Railda de Fátima Alves Carvalho ao ressarcimento, com recursos próprios, dos valores atualizados referentes aos juros e multas de mora pelo atraso no pagamento das obrigações previdenciárias patronais e de segurados, referente ao período de julho a dezembro/2016, ao erário do PREVI-NAZARÉ, encaminhando o devido comprovante de pagamento a este Tribunal de Contas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação a ser realizada pelo gestor do RPPS, conforme o item “c” deste dispositivo de voto, com fundamento no artigo 195, do RI-TCE/MT; (Grifado).

Registra-se que o Chefe do Poder Executivo deve cumprir os prazos de pagamentos de todas as obrigações da Prefeitura e, no caso em tela, por tratar-se de despesa que representa prejuízo ao erário, proveniente de atraso nos recolhimentos das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, o ônus dos encargos, como multas, juros e atualizações devem ser suportados com recursos próprios por quem deu causa, tendo em vista que tais

⁹ SÚMULA Nº 001 - TCE/MT

O pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela Administração Pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa.





obrigações não deverão ser pagas com recursos públicos, por serem consideradas irregulares e ilegítimas, afastando-se da finalidade do órgão público.

Considerando todo o exposto, conclui-se que o Prefeito do Município de Barão de Melgaço/MT, Sr. **Elvio de Souza Queiroz**, não realizou dentro do prazo legal o recolhimento das contribuições patronais e parte dos segurados, referentes às competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019, sendo imputado **encargos moratórios**, no montante de **R\$ 143,42 (cento e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos)**, contrariando o caput do artigo 40 e inciso I do artigo 195 da CF/1988, caput do artigo 10, e incisos I e II do artigo 11, ambos da Lei nº 8.429/1992 e artigo 52 da Lei Municipal nº 340, de 03/07/2009, incorrendo na irregularidade **JB 01**, a qual será dada oportunidade de manifestação ao responsável, conforme demonstrado abaixo:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
JB 01	JB01 DESPESAS_GRAVE_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4.320/1964).
Descrição dos fatos constatados	Ausência de recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes às competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019, acarretando a cobrança de despesas com juros de mora, em afronta a Lei Municipal nº 340/2009, a CF/1988, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei 9.717/1998.

Nome do Responsável: Elvio de Souza Queiroz - Prefeito Municipal de Barão de Melgaço/MT (Período: 01/01/2019 a 31/12/2019)

Conduta

Realizar despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, devido ao não recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, nas competências de maio, setembro e novembro de 2019, o que acarretou a cobrança de encargos moratórios previstos no artigo 48 da Lei Municipal nº 340/2009, em afronta à CF/1988, à Lei nº 8.429/1992 e à Lei nº 9.717/1998.

Nexo de Causalidade

A ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos segurados, dentro do prazo legal, resultou no pagamento de despesas ilegítimas no montante de R\$ 143,42 (cento e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), produzindo impactos





no pagamento dos benefícios previdenciários e na política de investimento do RPPS, visto que os recursos não repassados ou repassados em atraso deixam de ser capitalizados pelo fundo previdenciário.

Culpabilidade

É razoável exigir do Prefeito Municipal, à época, que suporte o pagamento dos encargos moratórios, visto ter sido ele quem deu causa ao não recolhimento dentro do prazo legal das contribuições previdenciárias patronais.

4.2 Pagamento de Juros por Atraso no Recolhimento das Contribuições Previdenciárias –12/2019

Após a Decisão¹⁰ que requereu nova análise dos autos por esta unidade técnica, foi elaborado o Relatório Complementar de Tomada de Contas Ordinária¹¹ que opinou pelo saneamento da irregularidade, tendo em visto que a Prefeitura de Barão de Melgaço comprovou o recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias da competência de dezembro do exercício de 2019.

Em que pese isso, o Ministério Público de Contas¹² entendeu que para o saneamento processual faz-se necessário que o Fundo Municipal de Barão de Melgaço **confirme** se a cópia do extrato da transferência, no montante de R\$ 161.565,46, realizada pela Prefeitura Municipal ao Barão-Previ, encaminhados para comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias do mês de dezembro/2019, refere-se de fato a esta competência.

Outrossim, solicitou que o Fundo Municipal informe em qual data o repasse de dez/2019 foi realizado.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, comprovou-se que o Sr. **Elvio de Souza Queiroz**, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço/MT, realizou despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, devido ao não recolhimento, dentro do prazo

¹⁰ Documento digital nº 236357/2023;

¹¹ Documento digital nº 288403/2023;

¹² Documento digital nº 256288/2023.





legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, nas competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019, o que acarretou a cobrança de encargos moratórios, previstos no artigo 52 da Lei Municipal nº 340/2009, em afronta à CF/1988, à Lei nº 8.429/1992 e à Lei nº 9.717/1998.

Assim, sugere-se:

5.1. Ao Prefeito de Barão de Melgaço/MT (Período: 01/01/2019 a 31/12/2019) – Sr. Elvio de Souza Queiroz:

a) Imputação da **irregularidade JB 01**, resultante do recolhimento intempestivo das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, nas competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019, incorrendo na despesa com cobrança de **encargos moratórios** no montante de **R\$ 143,42** (cento e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos);

b) **Citação** com base no §1º do art. 256, combinado com o §1º do art. 227 do Regimento Interno do TCE/MT e, em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa assegurado pelo inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal/1988, a fim de que se manifeste quanto ao apontamento elencado a seguir, sob pena de revelia e/ou confissão:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
JB 01	JB01 DESPESAS GRAVE 01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4.320/1964).
Descrição dos fatos constatados	Ausência de recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes às competências de maio, setembro e novembro do exercício de 2019, acarretando a cobrança de despesas com juros de mora, em afronta a Lei Municipal nº 340/2009, a CF/1988, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei 9.717/1998.

5.2. Ao atual Gestor do Fundo Municipal de Previdência de Barão de Melgaço para que informe e confirme a este Tribunal de Contas as seguintes informações:

a) a qual **competência** se refere o recolhimento/repasso das contribuições previdenciárias realizadas pela Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, no exercício de 2019, ao BARÃO-PREVI, no montante de **R\$ 161.565,46** (cento e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).





b) em qual data fora realizado, de fato, o recolhimento/repasso das contribuições previdenciárias patronal e parte segurado, relativo à competência de dezembro de 2019.

É o Relatório.

4ª Secretaria de Controle Externo, Cuiabá, 01/12/2023.

(assinatura digital)

Kelly Sales Ferreira

Auditor Público Externo

